

1. Introdução; 2. Economia solidária: histórico, conceitos e experiências no Brasil; 3. A economia solidária e o desenvolvimento sustentável; 4. Economia solidária no espaço rural; 5. Exemplo prático: o Comércio Justo Ribeirinho - experiência da ASPROC; 6. Feiras de Trocas; 7. Considerações finais; 8. Referências bibliográficas; 9. Referências e sítios na internet

1. Introdução

O presente documento discorre sobre o histórico, o conceito e a importância dos espaços de economia solidária como ferramentas para fortalecer o desenvolvimento local sustentável.

O Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia (PQGA) tem como objetivo aprimorar as capacidades institucionais tanto do poder público municipal, como dos atores locais que participam de iniciativas, ações e projetos para recuperação, proteção e uso sustentável dos recursos nos municípios daquele bioma que, mais criticamente, vivem os problemas do desmatamento. Dessa forma, refletir sobre atividades econômicas em direção ao desenvolvimento sustentável, é considerado uma questão fundamental para se alcançar o objetivo proposto.

Este artigo, portanto, discute fundamentos teóricos e a aplicabilidade de iniciativas solidárias em comunidades rurais no bioma Amazônia que possam ser replicadas, com grande foco para feiras de trocas e comércio solidário, os quais são importantes espaços de inclusão de pequenos produtores no mercado.

2. Economia solidária: histórico, conceitos e experiências no Brasil

A economia solidária propõe uma nova forma de produzir, consumir, trocar e vender dentro de uma sociedade pautada em quatro princípios fundamentais: (i) cooperativismo; (ii) ação econômica; (iii) autogestão e (iv) solidariedade. Trata-se de uma **nova estratégia de desenvolvimento econômico**, com objetivo de criar uma sociedade mais justa e igualitária.

As iniciativas de economia solidária são representadas por diferentes temas, tais como:

- (i) Democratização da gestão (autogestão);
- (ii) Distribuição justa de resultados;
- (iii) Participação junto à comunidade local nos processos de desenvolvimento sustentável;
- (iv) Bem-estar social dos trabalhadores;
- (v) Valorização da produção regional;
- (vi) Relação com a agroecologia e outros movimentos sociais emancipatórios¹.

O conceito de economia solidária surgiu no início do capitalismo industrial (século XX) na Grã-Bretanha, como resposta dos operários ao significativo empobrecimento provocado pela desordenada difusão das máquinas e da organização fabril da produção². Essa fase é marcada pelo que o autor chama de “cooperativismo revolucionário”, idealizado pelo pensador Robert Owen³ e fortalecido pelos sindicatos de resistência operária, cujas greves não reivindicavam apenas melhores condições de salário e emprego, mas a eliminação do assalariamento em prol da autogestão nas cooperativas operárias. Ao lado dessas

¹ BRASIL, 2015.

² SINGER, 2002.

³ De origem galesa (Reino Unido), Robert Owen (1877-1858) foi um importante socialista utópico, considerado como um dos fundadores do socialismo e cooperativismo.

cooperativas surgiam na Europa e nos Estados Unidos outras organizações pautadas no pensamento owenista, como aldeias cooperativas, clubes de trocas, comércio sem intermediários e bolsas solidárias que garantiriam a viabilidade econômica às cooperativas operárias e comporiam, posteriormente, o que atualmente se denomina como espaços de economia solidária.

No Brasil, a economia solidária ganhou força no final do século passado e cresceu consideravelmente nos últimos anos. Hoje, o tema é pauta do Ministério do Trabalho e Emprego, discutido dentro da Secretaria Nacional de Economia Solidária e orientado pelo **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)**⁴. A existência do Fórum Brasileiro de Economia Solidária⁵ também é uma importante conquista para o movimento. O Fórum abrange empreendimentos de economia solidária, organizações da sociedade civil, organizações religiosas, movimentos sociais e gestores públicos em prol da disseminação dos princípios cooperativos, organização de redes de cooperativas, redes de consumo e influência em políticas públicas para fortalecer a economia solidária no Brasil.

Há várias iniciativas de economia solidária existentes no país como as empresas de autogestão, redes de consumo solidário, cooperativas de crédito, cooperativas de trabalhadores rurais, clubes de trocas, etc. A região norte, por exemplo, possui cerca de 3.000 Empreendimentos de Economia Solidária⁶ (EES) registrados na SENAES⁷, com destaque para o

estado do Pará que abriga 43% das organizações existentes na região. Das EES mapeadas na região, destacam-se cooperativas, associações e sociedades mercantis que trabalham em diversos seguimentos, com destaque para produção e comercialização de bens e serviços, tanto na área urbana como rural.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) busca incentivar e reconhecer tais iniciativas por meio do Prêmio BNDES de “Boas Práticas em Economia Solidária”. Este prêmio é uma ação conjunta do BNDES, da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A iniciativa, além de incentivar tais iniciativas, reconhecendo a importância das mesmas para o mercado nacional, refletindo também a expansão do movimento⁸.

3. A economia solidária e o desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável abrange a sustentabilidade ambiental, a sociopolítica e econômica. Essa última tem o papel fundamental de construir novas dinâmicas de geração e distribuição social das riquezas, incentivando atividades e formas de produção apropriadas aos ecossistemas, como potenciais para um crescimento econômico equitativo e sustentável⁹.

Os espaços de economia solidária objetivam, por meio da ação econômica, promover a equidade de direitos, justiça social, distribuição de riquezas e

⁴

http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1947&Itemid=18

⁵ <http://www.fbes.org.br/>

⁶ Empreendimentos de Economia Solidária (EES) são as formas concretas de manifestação da Economia Solidária, expressas em organizações coletivas ou supra familiares (rurais ou urbanas), que funcionam em caráter permanente e realizam

atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário como finalidade principal. (<http://www.ecosolbasebrasil.com.br>)

⁷ SENAES, 2013

⁸ <http://www.bndes.gov.br/premioeconomiasolidaria>

⁹ BRASIL, 2015

redução de impacto ambiental. As feiras de trocas, as redes de consumo e os circuitos curtos de comercialização são exemplos de iniciativas solidárias que contribuem para o desenvolvimento da economia local, por promoverem a valorização dos produtos regionais e ainda para a sustentabilidade ambiental, com a redução de distâncias e consequente amenização da pegada de carbono do consumo¹⁰.

4. Economia solidária no espaço rural

Segundo dados do Mapeamento Nacional de Economia Solidária, de 2005 e 2007¹¹, 67% dos empreendimentos solidários no país dedica-se a alguma atividade rural: agricultura, pecuária, pesca ou extrativismo, sendo a primeira a atividade predominante.

Associações, cooperativas e outros arranjos produtivos solidários têm sido alternativas socioeconômicas sustentáveis para pequenos produtores rurais, assentados da reforma agrária, agricultores familiares ou populações tradicionais se manterem no campo, principalmente no tocante ao acesso a mercados, o principal gargalo para estes atores.



O espaço rural do bioma Amazônia

A Amazônia brasileira possui particularidades que requerem um tratamento diferenciado quando se trata de planejar e incentivar seu desenvolvimento sustentável, sobretudo no ambiente rural.

O modelo extensivo de exploração do capital natural, de expansão da fronteira agrícola e do agronegócio são ameaças para a conservação dos recursos naturais, com destaque para os setores pecuarista, produtor de grãos e madeireiro, com frequência desenvolvido de modo ilegal, pois suas ações possuem baixa ou nenhuma internalização dos altos passivos ambientais que geram¹². Por outro lado, há no contexto produtivo da região a presença significativa de unidades produtivas de base familiar, baseadas na policultura, e populações tradicionais que vivem do manejo sustentável dos recursos naturais. A presença dessas populações em diferentes cadeias produtivas e a adaptabilidade de seus sistemas produtivos à paisagem e peculiaridades da região é fundamental para sua sustentabilidade. O fortalecimento econômico e técnico dessas populações representa estratégias importantes

Figura 1 - Feira de produtores do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim, Amazonas. Fonte: Acervo de fotos IDESAM.

¹⁰ BRASIL, 2015

¹¹ Incluindo neste levantamento associações informais e outras organizações que posteriormente foram desclassificadas como empreendimentos de economia solidária no levantamento feito em 2010 pelo mesmo órgão,

cujos critérios de classificação ficaram mais rígidos ou alguns (exigência de CNPJ, por exemplo, ou filiação ao movimento de economia solidária). (OGANDO, 2013)

¹² Schröder, 2010.

para garantir o desenvolvimento rural sustentável da região.

Como exemplo de população tradicional que vem se fortalecendo econômica e tecnicamente, o povo Sateré-Mawé, da Terra Indígena Andirá-Marau (AM), comercializa o guaraná, planta nativa de sua região e domesticada por eles, para a Europa há 20 anos, por meio dos preceitos do Comércio Justo e Solidário. Além do guaraná, os Sateré-Mawé também comercializam urucum, óleos de andiroba e copaíba, sendo que todos os produtos levam o selo orgânico conferido pelo Instituto Biodinâmico (IBD). Para tanto, os produtores se organizaram em forma de Consórcio, hoje uma entidade econômica e política em prol do desenvolvimento sustentável da etnia¹³.

Figura 2 - Sérgio Batista, do Consórcio Sateré-Mawé, expõe produtos durante feira de troca na Terra Indígena Andirá-Marau. Fonte: Acervo de fotos IDESAM.



Unidades territoriais especiais

A Amazônia brasileira possui 41,5% de seu território em áreas que contam com gestão específica por serem consideradas Áreas

Protegidas ou Áreas Especiais. Incluem-se nas Áreas Protegidas as Terras Indígenas e as Unidades de Conservação de Uso Sustentável; nas Áreas Especiais estão os Assentamentos Rurais da Reforma Agrária¹⁴.

Essas áreas, excluindo-se as Unidades de Conservação de proteção integral, têm como objetivo promover o uso sustentável da paisagem pelas populações que as habitam, possibilitando a manutenção do modo de vida das destas populações e dos serviços ambientais.

Os Assentamentos da Reforma Agrária são instalações de novas propriedades agrícolas, estabelecidas e geridas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio de políticas públicas de reforma agrária¹⁵ que tem por objetivo ordenar a ocupação de áreas rurais e promover a produção rural familiar.

No entanto, na Amazônia, os assentamentos foram utilizados como processos colonizadores da região, sob o slogan “terras sem homens [Amazônia] para homens sem terra [nordestinos]” e reafirmados em planos governamentais subsequentes, visto que a Amazônia brasileira abriga 55% dos lotes estabelecidos pelo INCRA mesmo possuindo apenas 15% da população rural¹⁶. Este paradoxo é resultado da orientação da política agrária no Brasil, desde seus primórdios, que não alterou efetivamente a estrutura fundiária, mas buscou distribuir terras públicas em locais de grande abundância como a Amazônia.

A dinâmica da política agrária brasileira impôs uma reforma à custa da Amazônia, com a substituição da floresta pela agricultura, fato que destaca esses territórios no cenário de desmatamento da região. Dessa forma, criou a necessidade do INCRA adaptar sua forma de ação às especificidades do bioma,

¹³ <http://www.nusoken.com/>

¹⁴ Santos & Pereira & Veríssimo, 2013.

¹⁵ BERGAMASCO, 1992; INCRA, 2015

¹⁶ TOURNEAU&BORSZTYN, 2010

levando à criação de novos modelos de assentamentos como os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE), Projetos de Assentamentos Agroflorestais (PAF) e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS)¹⁷.

Apesar dos esforços no campo legal, o INCRA continua enfrentando problemas para garantir a eficiência social, ambiental e econômica dos assentamentos. Podemos citar alguns entraves na gestão, como: a falta de planejamento na escolha das áreas; pouco conhecimento sobre legislação ambiental por parte dos agricultores; pressão de madeireiras e outras atividades ilegais nos assentamentos; insuficiência de meios adequados (assistência técnica, crédito e mercados) que fortaleçam de fato atividades produtivas sustentáveis¹⁸.

As Terras Indígenas são definidas como terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 231 da Constituição Federal: “são aquelas por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”¹⁹. O Poder Público é obrigado a reconhecer uma área como Terra Indígena sempre que uma comunidade indígena ocupar determinado local, de acordo com o artigo 231. Atualmente, tal atividade é de responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

As Unidades de Conservação – UCs são territórios formados por áreas contínuas, institucionalizadas como espaço de preservação e conservação da flora, fauna, recursos hídricos, características culturais, históricas e patrimônios naturais. Estes territórios objetivam promover o desenvolvimento

sustentável e são de fundamental importância para a preservação dos ecossistemas²⁰. Há diversas classificações destas áreas, de acordo com suas características e objetivos a serem atingidos. Nesse artigo iremos concentrar nas unidades de conservação de uso sustentável, aquelas onde há populações residentes.

As UCs de uso sustentável visam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Nesses casos, atividades de extração, coleta e agricultura sustentável são permitidas desde que praticadas de acordo com o plano de manejo ou plano de uso da área e de forma que a perenidade dos recursos renováveis seja assegurada. Dentro dessa classificação se encaixam: Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional ou Estadual (FLONA ou FLOTA); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); Reserva Extrativista (RESEX); Área de Proteção Ambiental (APA); e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

As populações residentes nas três categorias de territórios descritos (Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Assentamentos Rurais) tem importante papel na conservação dos recursos naturais. Para garantir a sua efetividade é preciso que haja conciliação, na prática, entre a proteção dos recursos naturais e a geração de renda para as famílias residentes.

Um dos principais gargalos para o desenvolvimento sustentável seja dentro das unidades de conservação, terras indígenas ou nos assentamentos rurais no bioma Amazônia, é a realidade de pobreza enfrentada pelas populações residentes, que por não se adequar ao mercado competitivo ou não possuir meios para acessá-los são direcionados, muitas vezes, para atividades com retorno imediato e com grande impacto

¹⁷ www.incra.gov.br/assentamentoscriacao

¹⁸ TOURNEAU&BURSZTYN, 2010

¹⁹ ISA, 2015

²⁰ ALLEGRETTI, 2012

ambiental, como, por exemplo, a extração de madeira ilegal.

Para garantir a eficiência na gestão e o alcance dos objetivos desses territórios especiais fica evidente a importância de mecanismos de gestão e ação econômica que integrem diversos atores, como o poder público e a sociedade civil organizada em cooperativas e associações locais de modo a garantir a geração de renda em harmonia com a conservação dos recursos naturais.

5. Exemplo prático: o Comércio Justo Ribeirinho - experiência da ASPROC

No Amazonas, há experiências exitosas de integração de diferentes atores para obtenção de soluções de geração de renda baseadas nos princípios da economia solidária. Um exemplo de sucesso em unidades de conservação no Amazonas é o Projeto Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário (CRCS). Este projeto é desenvolvido pela Associação dos Produtores Rurais de Carauari – ASPROC na região do Médio Juruá, RESEX Médio Juruá e RDS Uacari, município de Carauari, Amazonas.

Até os anos 1980, as famílias ribeirinhas do rio Juruá eram dependentes, economicamente, de “patrões” e regatões²¹ que ditavam e gerenciavam o sistema econômico na região. A crescente valorização do látex no mercado internacional, no século XIX, gerou, em vários momentos, migrações de nordestinos para a região. A produção de borracha era altamente rentável para os “patrões” que além de comercializarem um produto rentável, o obtinham por meio da mão de obra semiescrava dos habitantes locais, controlando as necessidades

básicas das populações locais que tinham a alimentação, a saúde e o transporte precários e dependentes de uma política de troca injusta. Diante dessa realidade, a sociedade civil organizada, em especial por iniciativa da Igreja Católica, incorporou uma força de trabalho para fazer um enfrentamento aos “patrões” da região do Médio Juruá. Foi assim que o Movimento de Educação de Base (MEB), com o trabalho de educação popular, proporcionou aos ribeirinhos, semiescravos daquele sistema, uma tomada de consciência da necessidade da organização social para a formação e empoderamento de sujeitos aptos a integrarem um processo de transformação da realidade²².

Como resultado do trabalho de educação popular, em 1991, foi criada, pelos próprios trabalhadores ribeirinhos, a ASPROC. A associação, além de defender os direitos de seus associados, buscou organizar e comercializar a produção da região, com o objetivo de garantir renda às famílias e conservar os recursos naturais da região²⁰.

A questão logística no Médio Juruá representa um dos maiores desafios ao desenvolvimento das comunidades ribeirinhas, uma vez que o acesso das comunidades à sede do município pode levar até quatro dias de viagem. Para superar essa dificuldade, a ASPROC desenvolveu o Projeto Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário (CRCS) visando a comercialização dos produtos agrícolas e extrativistas dos ribeirinhos e a aquisição de produtos industrializados a um preço justo nas próprias comunidades.

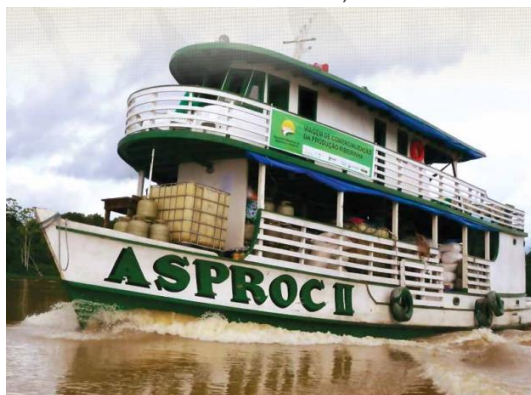
²¹ Denominação dada a vendedores itinerantes que comercializavam produtos diversos, inclusive manufaturas contrabandeadas.

²² ASPROC, 2014

Economia solidária na zona rural da Amazônia

Essa Nota Técnica busca contribuir para a qualificação daqueles que atuam sobre os problemas decorrentes do desmatamento na Amazônia.

Figura 3 - Barco da ASPROC para transporte dos produtos do Comércio Ribeirinho. Fonte: ASPROC, 2014.



O Comércio Ribeirinho foi iniciado a partir da doação de R\$40 mil de outra associação local, a Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari AMARU, somada aos empréstimos pessoais de 19 associados da ASPROC, realizados no valor de R\$2 mil cada para compor o capital do projeto²⁰.

Com o recurso obtido, a ASPROC dividiu a área atendida em 14 sub-regiões ou polos. Em cada polo foi instalada uma cantina²³, sob o gerenciamento de dois comunitários capacitados para desempenhar tal função, os cantineiros. Esses comunitários atendem três vezes por semana os ribeirinhos, que podem adquirir as mercadorias trazidas de Manaus como podem, também, comercializar a própria produção classificada, medida, pesada, registrada e paga pelo cantineiro.

Figura 4 - Cantina do Comércio Ribeirinho. Fonte: ASPROC, 2014.



Nas cantinas os ribeirinhos podem adquirir os gêneros alimentícios básicos no preço do comércio mais barato verificado na sede do município, o que permite dobrar o poder de compra dos moradores da região. Os mesmos produtos que antes eram adquiridos por R\$100,00 nos regatões, passaram a ser comprados por R\$51,00, via Comércio Ribeirinho. Cada entreposto atende de uma a sete comunidades ou de 85 a 322 pessoas, totalizando 2.779 pessoas beneficiadas²⁰.

A cada dois meses, viagens são realizadas pelos barcos da ASPROC aos 14 entrepostos, com o objetivo de entregar as mercadorias adquiridas em Manaus e receber a produção armazenada nas cantinas. A produção não consumida localmente é oferecida e comercializada em outros mercados, principalmente via programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Regionalização da Merenda Escolar (PREME).

Figura 5 - Embarque de produtos. Fonte: ASPROC, 2014.



Os recursos resultantes da venda desses produtos são utilizados para aquisição de mercadorias em Manaus para a próxima viagem de comercialização. Mensalmente é realizada a prestação de contas dos entrepostos com o intuito de orientar as decisões da Associação. Essas decisões da ASPROC também são orientadas pela

²³ Representa um entreposto equipado com rádio, computador, impressora e placa solar.

avaliação da qualidade e satisfação de seus serviços que é levantada junto aos ribeirinhos²⁰.

Em pouco tempo a produção da ASPROC aumentou em quantidade e em qualidade. A Associação buscou parceiros e editais para apoiar o Comércio Ribeirinho e outras ações, como estruturas para beneficiamento dos produtos e até a implantação de sistemas de saneamento básico nas comunidades ribeirinhas.

Esses esforços, aliado a conquistas de direitos de uso da terra e de melhorias na qualidade de vida, possibilitou, além do aumento de renda das famílias do Médio Juruá, o fortalecimento da autogestão e do uso sustentável dos recursos naturais na região.

6. Feiras de trocas

Uma ação relacionada à economia solidária que pode ser fomentada no espaço rural como impulso à economia solidária são as feiras de trocas.

Originárias do Canadá nos anos 1980, as feiras de troca se baseiam em princípios da economia solidária e permitem que pessoas ou comunidades descapitalizadas, por motivos de desemprego, crises financeiras ou dificuldades de acesso ao mercado, retomem suas atividades econômicas mesmo com pouca ou nenhuma disponibilidade de recursos financeiros.

Um clube de troca geralmente é composto por profissionais liberais, médicos, psicanalistas, músicos, mas também jardineiros, motoristas de táxi, empregadas domésticas, cozinheiras, etc. Esse grupo tem um traço em comum: eles não conseguem vender seus serviços na medida em que gostariam e todos têm alguma capacidade ociosa. Então se reúnem, geralmente uma vez por mês, e cada um diz o que faz, o que pode fazer e de que bens ou serviços tem necessidade. Não são serviços apenas; um violão que não está sendo usado ou um aposento vago podem ser alugados

para quem deles estiver precisando. Depois que as pessoas enunciam suas ofertas e demandas, elas entram em processo de troca.

Os assentamentos rurais e unidades de conservação, geralmente afetados por grande desemprego, onde a falta de dinheiro inibe a divisão social do trabalho e impede a comercialização de bens e serviços, as feiras de troca é um instrumento totalmente aplicável. Naturalmente, nestes territórios a população pratica a economia solidária, quando fazem trocas de dias de trabalho, produtos, sementes e mudas, por exemplo.

São cenários com grande potencial para institucionalizar ainda mais esses mecanismos, ampliando as ofertas, principalmente pelas dificuldades de acesso às mercadorias e serviços.

Figura 6 - Feira de produtos de assentamentos rurais do Amazonas. Fonte: Acervo de fotos IDESAM.



Feiras de trocas na prática

A metodologia de implementação deve partir do arranjo coletivo entre os atores, no sentido de detectarem as demandas para a Feira (materiais, serviços, saberes), a frequência, o local, forma de organização e de divulgação.

A discussão que ocorre na sequência, é se os itens serão avaliados conforme seu valor de troca (com base no valor monetário) ou valor de uso (baseado

na utilidade específica para quem o adquire). Trata-se de uma metodologia participativa que precisa ser respeitada para se cumprir com a proposta da economia solidária. O grupo então passará a discutir se usa uma moeda social ou se as trocas se darão pela barganha dos produtos, bens e serviços diretamente, sem intermediação ou mensuração financeira. A própria metodologia faz parte justamente da quebra de paradigmas que a economia solidária se propõe, a menor dependência dos mercados formais e do dinheiro real.

Frequentemente, o uso de uma moeda social tem sido utilizado nas feiras por facilitar e, em muitos casos, viabilizar as trocas. Os participantes decidem coletivamente um novo preço para os itens, com base em uma moeda fictícia. Por exemplo, um pacote de sementes irá valer 10 (dez) moedas, enquanto um sapato pode valer 8 (oito).

Feito isso, estabelece-se um banco solidário para distribuição das moedas. O banco compra com a moeda social uma cota de produtos ou serviços, capitalizando o ofertante. Esta é a forma de colocar a moeda em circulação e viabilizar o início da feira. De posse dessa moeda, o indivíduo poderá adquirir qualquer outra mercadoria, seguindo a tabela de preços.

Ao final da feira os participantes devolvem as moedas sociais que sobram para recebê-las de volta nas edições seguintes.

Em Terras Indígenas nos estados Roraima, Mato Grosso e Amazonas, há experiências de feiras de trocas sem o uso de moeda social, que ocorrem com apoio de organizações da sociedade civil e da academia. Nestas feiras os indígenas realizam troca de sementes, estacas, propágulos e, em alguns casos, materiais de campo que irão permitir a produção agrícola das comunidades indígenas.

7. Considerações finais

O avanço da economia solidária não depende exclusivamente de ações do Estado, mas, sobretudo da disposição de grupos sociais em compreender e aderir aos princípios da solidariedade, igualdade e democracia, como verificado no exemplo da experiência da ASPROC.

São experiências bem-sucedidas àquelas que surgem da necessidade da população envolvida, como resposta a uma pressão de mercado, marginalização ou mesmo a necessidade de se reestabelecer economicamente. As organizações religiosas, sindicatos, organizações da sociedade civil e universidades são atores importantes neste processo.

Nos últimos anos, houve grande expansão da economia solidária no Brasil, principalmente dentre os segmentos populacionais mais vulneráveis. A economia solidária destaca-se como uma estratégia de desenvolvimento local e territorial sustentável, de coesão social e preservação da diversidade cultural e do meio ambiente.

As feiras de trocas são importantes espaços de economia solidária que possibilitam aos atores participantes o desenvolvimento como sujeito da mudança. Promovem a autonomia na busca por alternativa para o desemprego e concentração de renda, pois cooperam entre si para gerar benefícios para todos, além de ser um ambiente pedagógico, para desenvolver perfil empreendedor, organização social e estímulo à atividade econômica familiar e comunitária.

É também uma oportunidade de criar uma cultura de consumo consciente na comunidade, trazendo para o indivíduo a noção das consequências do seu consumo no âmbito social, ambiental e econômico. Estas feiras são ambientes férteis para se realizar trabalhos pedagógicos e reflexões sobre temas

importantes para a sociedade e fundamentais dentro de assentamentos, UCs e Terras Indígenas, como: ecologia e cuidado com o meio ambiente; questões de gênero e raça; consumo consciente; cidadania ativa; organização social; educação alimentar; economia solidária; empreendedorismo popular; desenvolvimento local; políticas públicas e demais temas afins.

As feiras de trocas e os demais espaços de economia solidária podem, de fato, contribuir para a economia interna dos assentamentos e outros territórios rurais especiais, na medida em que divulgam e socializam os diversos produtos e atividades desenvolvidos entre as famílias. Contudo, o ganho maior reside na valorização dos produtos regionais, na troca de conhecimentos e na união entre os participantes da atividade.

8. Referências bibliográficas

- ALLEGRETTI, M. Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira. Áreas Protegidas/Fundo Vale; 1 ed.; págs. 34 a 39. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012
- BERGAMASCO, S.M., NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 88p. (Col. Primeiros Passos, 301);
- ASPROC. Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário – Geração de Renda com Sustentabilidade na Região no Médio Juruá. Relatório Técnico. 2014. Disponível em: [http://www.asproc.org.br/sistema/adminSite/download/Relatorio%20ASPROC%20web%20\(7\).pdf](http://www.asproc.org.br/sistema/adminSite/download/Relatorio%20ASPROC%20web%20(7).pdf) Acesso em: 05 de janeiro de 2016.
- BRASIL, **Plano Nacional de Economia Solidária**. Conselho Nacional de Economia Solidária. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?optio>
- [n=com_docman&task=doc_view&gid=1947&Itemid=18](#) . Acesso em: 10 de dezembro de 2015.
- François-Michel Le Tourneau, F.M; Bursztyn, M. **Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental**. Revista Ambiente & Sociedade, Campinas v. XIII, n. 1, p. 111-130, 2010.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Painel dos Assentamentos. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 05 de janeiro de 2016.
- Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <http://piib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/introducao/o-que-sao-terras-indigenas>. Acesso em: 05 de janeiro de 2016.
- Instituto Socioambiental. Unidades de Conservação do Brasil. Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/c/C3%B4mputos/amaz%C3%B4nia-legal/unidades-da-federa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 05 de janeiro de 2016.
- MILANO, M.S. Conceitos, históricos, políticas e formas de gestão. Áreas Protegidas/Fundo Vale; 1 ed.; pag 16 a 28. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012.
- OGANDO, C. **As fronteiras da economia solidária: uma análise a partir do Mapeamento Nacional**. Cadernos de extensão IHU, 2013. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/artigocbo.pdf>. Acesso em: 11 de janeiro de 2016.
- SANTOS, D.; Pereira, D.; Veríssimo, A. **O estado da Amazônia: uso da terra**. Instituto do

Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON). – Belém, PA.: 2013

SCHRODER, M. **Desenvolvimento Rural, meio ambiente e políticas públicas: os caminhos do fortalecimento da agricultura familiar na Amazônia brasileira**. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP Macapá, n. 3, p. 53-69, dez. 2010

SENAES, 2013. **Boletim Informativo - Edição Especial: Divulgação dos dados preliminares do SIES 2013**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/sies-divulgacao-de-dados-preliminares-2013.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2015.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária/ Paul Singer** – 1ª. Ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

9. Referências de sítios na internet

<http://www.bndes.gov.br/premioeconomiasolidaria>

<http://www.fbes.org.br/>

<http://www.incra.gov.br/assentamento>

<http://www.mte.gov.br/index.php/trabalhador-economia-solidaria>

<http://www.nusoken.com/>

<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>

<http://uc.socioambiental.org/c%C3%B4mputos/amaz%C3%B4nia-legal/unidades-da-federa%C3%A7%C3%A3o>

É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.



ibam

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM
Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios do Bioma Amazônia - PQGA

Rua Buenos Aires nº 19 – Centro – RJ

Email: contato-amazonia@ibam.org.br | Web: amazonia-ibam.org.br

Autores:

Ana Carolina Bastida da Silva - Consultora do PQGA/IBAM

Bacharela em Economia pela Universidade de São Paulo - USP

André Luiz Menezes Vianna - Consultor do PQGA/IBAM

Mestre em Ciências de Florestas Tropicais pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA

Marina Yasbek Reia - Consultora do PQGA/IBAM

Mestre em Ciências do Solo pela Universidade de São Paulo – USP